

USO VARIÁVEL DE ARTIGO ANTES DE POSSESSIVOS: UM CASO DE DEFINITUDE?

Manoel Siqueira¹

Mestre em Estudos Linguísticos -PPGL/UFS

RESUMO: Possessivos que precedem nomes, no português brasileiro, podem ou não vir antecidos por artigos definidos, como *vi sua irmã* e *vi a sua irmã*. Do ponto de vista interno à língua, pontua-se que esse uso variável se relaciona com o conceito semântico-pragmático de definitude: o uso de artigo acarreta em leitura definida do sintagma nominal (SN), enquanto o não uso em leitura indefinida (LYONS, 1999; MATEUS *et al.* 2003). Defende-se, neste texto, que o uso variável de artigo definido antes de possessivos não é um caso de definitude, tomando como hipótese que o possessivo por si só é capaz de tornar um nome ou SN definido. A noção de definitude utilizada é a apresentada em Hawkins (1978; 1991). Os resultados demonstram que não há uma relação entre definitude e uso variável de artigo antes de possessivos.

Palavras-chave: Definitude. Possessivo. Artigo definido. Variação.

Introdução

No português brasileiro (PB), os possessivos que precedem nomes – também chamados na literatura de possessivos pré-nominais –, como em (1), podem vir acompanhados por artigos definidos à sua esquerda, como em (2), ou vir sem nenhum elemento antes do sintagma nominal ao qual faz parte, como em (3).² Neste caso, a realização de artigo definido antes de possessivos que precedem nomes é variável no português brasileiro (cf. SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CALLOU; SILVA, 1997; CAMPOS JR., 2011; GUEDES, 2019; SEDRINS *et al.*, 2019; SILVA, 2020; SIQUEIRA, 2020a).

- (1) **nossa relação** ficou mais forte.
- (2) durante **a minha adolescência** estudei a noite.
- (3) O menino viu **o seu brinquedo**.

Essa variação é comumente associada à noção de definitude, tradicionalmente compreendida como a possibilidade de identificar elementos do discurso como algo único no repertório do falante/ouvinte (LYONS, 1999): o sintagma nominal (SN) com possessivo só recebe leitura definida quando há um artigo definido o antecendo, como em (2).

¹ Endereço eletrônico: manoel.siqueira77@hotmail.com

² Há outros elementos que podem ocorrer com possessivos, como demonstrativos e o quantificador *todo*, conforme apresentado em Siqueira (2021).

Não há, entretanto, consenso quanto a essa associação: há correntes linguísticas que defendem que o possessivo pré-nominal só permite leitura definida quando antecedido por artigo definido (MATEUS *et al.*, 2003; LYONS, 1999), formalmente conhecido como a partícula que atribui visão definida a um nome ou sintagma (PRINCE, 1992; BRAGA *et al.*, 2008); e há correntes que defendem que o possessivo possui por si só capacidade de atribuir definitude ao sintagma nominal, sendo o uso do artigo redundante (HASPELMATH, 1999; NEVES, 2008): “a omissão do artigo no sintagma nominal com pronome possessivo anteposto não causa qualquer alteração aparente com seu significado (o **meu livro** x **meu livro**)” (MÜLLER, 1998, grifos da autora).

Neste trabalho, defendemos que o uso variável de artigo definido antes de possessivos não é um caso de definitude, tomando como hipótese que o possessivo por si só é capaz de tornar um nome ou sintagma nominal definido. Utilizamos para nossa discussão proposições apresentadas em Haspelmath (1999), nas quais os possessivos não são inerentemente definidos, porém são mais prováveis de serem, considerando a definitude com base em Hawkins (1978; 1991), por meio da ancoragem pragmática e da noção de singularidade.

Este trabalho visa contribuir com descrições a respeito da relação entre definitude e o fenômeno em questão, já que pouco se tem problematizado sobre isso, como também não há uma visão uniforme sobre qual perspectiva de definitude adotar para descrever essa variação. No que segue, discutimos conceitos distintos para como considerar a definitude, como *singularidade* (FREGE, 1892; RUSSELL, 1905; ABBOTT, 1999), *familiaridade* (HEIM, 1982), *novidade/identidade* (KAMP, 1981; ENÇ, 1991), *identificabilidade* (LYONS, 1999) e *ancoragem pragmática* (HAWKINS, 1978; 1991).

Um olhar sobre a definitude

A definitude é uma noção amplamente discutida na literatura semântico-pragmática, tanto por não existir um conceito unívoco para caracterizar a condição de um elemento ser definido/indefinido, quanto por não haver consenso quanto a uma correspondência direta entre definitude e elementos da língua. Há, contudo, duas tradicionais visões em relação à noção de definitude.

A primeira visão propõe, partindo do conceito filosófico e lógico de língua (cf. FREGE, 1892; RUSSELL, 1905), no qual se analisa a língua em termos da lógica moderna, que a definitude deva considerar uma condição na qual o sintagma nominal (doravante SN) possua conteúdo descritivo satisfatório para uma entidade única (no contexto relevante de uso), uma

condição de *singularidade*,³ sendo essa condição afirmada ou pressuposta pelo falante/ouvinte (HAWKINS, 1978; ABBOTT, 1999; AGUILAR-GUEVERA *et al.*, 2019). Para observar como essa visão pode ser aplicada, vejamos o exemplo em (4):

(4) **Meu curso** é dividido em duas etapas, né?

O exemplo (4) aponta uma predição na qual o SN *meu curso* seja único no repertório do falante: só há um curso por ele feito – condição afirmada ou pressuposta pelo falante/ouvinte dentro de um *set* de possibilidades no contexto de uso, o que o tornaria definido. Na ausência dessa condição, o falante se valeria de um novo arranjo linguístico – *um dos cursos que eu faço* – ou transmitiria uma sentença na qual haveria o mesmo valor de verdade – dentro do *set* de possibilidades haveria mais que um curso. A singularidade, todavia, não consegue abarcar todos os SNs definidos da língua, sendo restrita a contextos particulares de uso, limitando à definitude apenas a referentes únicos, singulares.

Na segunda visão, embasada na chamada Semântica de *file-change* (HEIM, 1982), na qual se propõe que o falante, à medida que interage, constrói e atualiza um arquivo mental que, em todos os momentos da conversação, contém toda a informação que o falante transmitiu, a definitude depende da existência de um referente comum conhecido (ou mentalmente armazenado) tanto pelo falante quanto pelo ouvinte (HEIM, 1982). É necessário, portanto, que haja valor de *familiaridade*, que todos presentes no contexto de uso reconheçam o referente como pertencente ao seu conhecimento de mundo – que tenham essa informação armazenada na mente. Vejamos o exemplo (5):

(5) **A menina** caiu da bicicleta e se machucou.

Para o SN *a menina* ser considerado como definido em (5), é necessário que tanto o falante que profere a sentença quanto o ouvinte que a ouve possuam, em seu repertório e dentro das possibilidades de mundo, o SN *menina* como uma menina específica, conhecida por ambos. O não conhecimento do nome por parte do ouvinte rejeita a condição de familiaridade, tornando o SN indefinido. O problema dessa condição, contudo, recai na necessidade de os elementos estarem previamente presentes no *set* de conhecimentos do falante (familiar = definido; não familiar = indefinido), o que limita a definitude a um restrito leque de possibilidades quanto ao

³ Na literatura em língua inglesa, o termo utilizado é *uniqueness*. Aqui, optamos pela tradução como *singularidade*.

que o falante conhece ou não conhece, o que está ou não armazenado em sua mente. Durante uma interação, nem sempre nos preocupamos com o que é conhecido pelos nossos ouvintes. Ainda assim, parece haver compreensão do que é dito, o que ampliaria a aplicação da definitude.

Kamp (1981) propõe – em recorte temporal próximo ao de Heim (1982), o que resulta em comparações a ambas propostas – a noção de *novidade*, com base em sua Teoria representacional do discurso⁴, na qual o falante/ouvinte constrói uma representação mental do discurso à medida em que esse discurso se desdobra: cada novo enunciado resulta em acréscimos nessa representação (cf. KAMP, 1981). Para o autor, os referentes discursivos aos quais os SNs referenciam devem ter sido previamente introduzidos no discurso: indefinidos não podem ter antecedentes no discurso, enquanto os definidos devem ter. Para que o SN *a menina* em (5), por exemplo, seja definido, é necessário que seu referente já circule como informação dada na interação, não uma informação nova. Nesta perspectiva, há uma profunda dependência da menção prévia, uma vez que é preciso que o SN seja previamente citado para que, em seguida, seja considerado conhecimento compartilhado e, logo, definido.

Complementar à noção de Kamp (1981), Enç (1991), embasada no mesmo campo teórico, traça a relação de definitude a partir da seguinte formulação: para que um SN seja caracterizado como definido, é preciso que seu referente discursivo já tenha sido anteriormente estabelecido no discurso. Em contrapartida, para que um SN seja visto como indefinido, é necessário que o elemento citado obedeça à noção de novo, não familiar: não estabelecido anteriormente no discurso. Para que seja estabelecido um padrão de definitude, é necessário que a ligação seja por meio de uma relação de *identidade*, conforme apresentamos em (6):

(6) O menino estava andando com **seu cachorro** quando **seu cachorro** fugiu.

A primeira ocorrência de *seu cachorro*, em (6), é apresentada pela primeira vez na interação, o que atende à condição de novo, logo indefinido. Já a segunda ocorrência de *seu cachorro* possui um antecedente estabelecido, informação presente no discurso, logo definido. Se não houvesse um elemento anterior ao qual o SN se identificasse, esse SN seria indefinido. Mais uma vez, ficamos diante da dependência da menção prévia, o que restringe a aplicação da definitude, já que usos anafóricos correspondem a apenas uma pequena parcela dos usos linguísticos (HASPELMATH, 1999).

⁴ Em inglês, *Discourse Representation Theory*.

Lyons (1999), embasado na teoria gerativa – que concebe a língua como um sistema finito que permite gerar um conjunto infinito de frases gramaticais⁵ –, conceitua a definitude como a “gramaticalização da identificabilidade”⁶ (p. 278), ou seja, “em línguas onde identificabilidade é representada gramaticalmente, essa representação é a definitude” (p. 278, *tradução nossa*), relacionada à semântica e à pragmática.⁷ A definitude é a propriedade de identificar informações do discurso como algo único no repertório do falante no momento de interação (similar à singularidade). A marcação de definitude em SN é, então, formalmente atribuída por meio de formas gramaticais como artigos definidos (a, o, as, os), pronomes demonstrativos (esse, essa, este, aquele etc.), possessivos adjetivos (meu carro, minha escola), pronomes pessoais (eu, tu, ele etc.) e nomes próprios (Pedro, Carla etc.).

(7) **A menina de sua cidade** passou perto **daquele posto** onde **Pedro** e **eu** deixamos **nosso carro**.

Considerando que os diferentes sintagmas com negrito no exemplo (7) sejam identificáveis pelo ouvinte, pela perspectiva da identificabilidade e pela marcação de definitude por formas gramaticais, esses elementos seriam definidos. A não identificabilidade resultaria numa leitura indefinida. Para Lyons (1999, p. 7, *tradução nossa*), “identificabilidade certamente oferece uma visão mais compreensiva que a familiaridade”.⁸ Não podemos assumir, entretanto, uma correlação direta e precisa entre uso de formas gramaticais e definitude. Em contextos como (7), os referentes presentes nos SNs *a menina* ou *daquele posto*, por exemplo, podem não ser identificáveis, necessitando de mais informações.

Como apontam Aguilar-Guevera *et al.* (2019), a maioria dos estudos contemporâneos para a definitude adota ou a noção de *singularidade* ou a noção de *familiaridade*, mesmo que haja estudos que demonstram que nenhuma das perspectivas consegue abarcar todos os usos definidos de SNs na língua, resultando, comumente, em uma conciliação entre diferentes

⁵ Lyons (1999) discute que há uma categoria funcional na qual elementos da língua podem ser alçados para atribuir a definitude. Discussões sobre essa visão são apresentadas por Abney (1987) em sua Hipótese DP, na qual o núcleo de um sintagma nominal é o determinante (D), um sintagma determinante (*Determiner Phrase*), atribuidor de definitude.

⁶ O autor utiliza o termo gramaticalização “para denotar a representação por uma forma ou formas gramaticais (e, portanto, com o status de uma categoria gramatical) de algum conceito de significado” (LYONS, 1999, p. 276, *tradução nossa*).

⁷ No original: “definiteness is the grammaticalization of identifiability”, “In languages where identifiability is represented grammatically, this representation is definiteness” (LYONS, 1999, p. 278).

⁸ No original: “identifiability certainly offers a more comprehensive picture than does familiarity” (LYONS, 1999, p. 7).

noções, de modo a dar conta do valor semântico de construções na língua por meio tanto da singularidade quanto da familiaridade (SCHWARZ, 2013), como a noção que aqui adotamos, apresentada em Hawkins (1978; 1991), no escopo da semântica gerativa, que parte da noção de competência individual do falante/ouvinte para interpretar enunciados.

Para o autor, há duas condições para que um SN seja considerado definido: i) o referente é localizável dentro de um *set* de entidades compartilhadas pelo falante e pelo ouvinte, pragmaticamente ancorado, versão mais refinada do conceito de *familiaridade*; e ii) o referente é único dentro desse *set*, retoma-se a noção de *singularidade*. Há, então, a união da condição de singularidade e do ancoramento pragmático. Conforme pontua Haspelmath (1999), há diferentes tipos de ancoramento pragmático: i) ancoragem anafórica – retomada de um termo já estabelecido –, em (8); ii) uso de anáfora associativa, como em (9); iii) a situação imediata de uso, em (10); e iv) a situação ampla de uso, em (11).

(8) **Minha irmã** é muito nova. Minha mãe teve a **minha irmã** em dezembro.

(9) **Meu cabelo** caiu, **os fios** estão todos ressecados.

(10) Por favor, me passe **essa cadeira**.

(11) **O presidente** está levando o país à ruína.

Em (8), a definitude é marcada pela retomada de um elemento já estabelecido: *minha irmã*. No exemplo (9), marca-se a definitude a partir da associação entre *os fios* e *meu cabelo*. Em (10), é a situação imediata de uso que incide sobre a marcação da definitude: há uma cadeira na sala, a qual o falante se refere. O SN *o presidente* em (11) faz parte de uma ampla situação de uso, sendo um conhecimento compartilhado por falantes que compõem o mesmo grupo social. Há um amplo leque de condições para aplicação da definitude em SNs, não dependendo apenas da *singularidade* ou da *familiaridade*, o que pode ser um indício de que há leitura definida em SNs introduzidos por possessivos, conforme discutimos mais adiante. Antes, observamos como o uso variável de artigo antes de possessivo é visto quanto a sua condição semântico-pragmática.

A definitude no uso variável de artigo antes de possessivos

A tradição gramatical com base no português brasileiro apresenta explicações para o uso variável considerando seu caráter semântico-pragmático. Said Ali (1931), por exemplo, explica que o uso do artigo determinante junto à possessivos adjuntos age como um reforço,

visto que o possessivo aliado ao artigo deveria melhor determinar o nome a que ele se refere, como também chamar a atenção antes para o possuidor do que para a coisa que era possuída (SAID ALI, 1931).

Cunha e Cintra (2008), similar a Said Ali (1931), explicam que a escolha no uso do artigo antes de possessivos desempenha uma clara distinção significativa: o não uso passa uma simples ideia de posse; já com o preenchimento, “faz-se convergir a atenção para o objeto possuído, que se evidencia como distinto de outros da mesma espécie, não pertencentes à pessoa em causa” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 228).

Bechara (2015, p. 161, destaques do autor), por outro lado, defende que “no português, em que a presença do artigo junto ao possessivo adnominal tem sido marcado por um progressivo emprego da fase antiga à moderna, o uso do artigo em “*o meu livro*” é redundante”. Bechara (2015) opta por seguir a visão do determinante como um elemento redundante, que aparenta não desempenhar papel na construção do sentido. Notemos que os instrumentos normativos apresentam explicações distintas para o mesmo fenômeno, mas considerando seu papel semântico-pragmático na construção do sentido do enunciado, ora para reforço, ora para distinção, como também há quem defenda a não interferência.

Callou *et al.* (2000, p. 82), discutindo sobre a definitude, destacam que ela “corresponde a um traço formal associado a expressões nominais que sinalizam se o referente da sentença é ou não identificável”. Para as autoras, a relação entre “identificabilidade” e “definitude” é imperfeita, já que não “há uma correlação bi-unívoca entre identificabilidade e não-identificabilidade de um referente e definitude ou indefinitude gramatical do sintagma nominal que designa aquele referente”. Callou *et al.* (2000, p. 82) apontam que “uma evidência dessa falta de correspondência pode ser observada no uso do artigo definido diante de possessivos [...], variável de língua para língua”, já que o possessivo pode induzir tanto a uma leitura identificável de expressões nominais quanto a uma leitura não identificável.

Mateus *et al.* (2003), seguindo pressupostos da teoria gerativa, defendem que os possessivos não são inerentemente definidos, precisando de um elemento para atribuir esse traço semântico, como o artigo definido.⁹ As autores separam, inclusive, a categoria de determinantes¹⁰ em dois grupos: de um lado, artigos definidos e demonstrativos, por possuírem

⁹ Devemos considerar, contudo, que a variedade do português que Mateus *et al.* (2003) descrevem é a europeia.

¹⁰ Na literatura, os determinantes são, do ponto de vista sintático, os elementos que imediatamente precedem os nomes, como artigos definidos (*a goiaba*), demonstrativos (*essa goiaba*), possessivos (*sua goiaba*), numerais (*duas goiabas*) e artigos indefinidos (*uma goiaba*).

definitude inerente; do outro, possessivos e determinantes indefinidos, por necessitarem de outros elementos para que haja a atribuição da definitude.

Neves (2008, p. 587), por outro lado, no quadro funcionalista, que propõe a estreita relação entre a língua e o uso que os falantes fazem da língua em situações reais, defende que o “possessivo tem o estatuto de determinante no sintagma nominal, e, portanto, os sintagmas nominais iniciados por esse elemento já são sintagmas determinados, referencialmente definido”. O possessivo, por si só, pode trazer a leitura definida para um SN. Há uma diferença entre as duas perspectivas.

(12) Você viu onde está **sua mãe**?

(13) Você viu onde está **a sua mãe**?

Se seguirmos o que apresentam Mateus *et al.* (2003), o SN com possessivo em (12) é indefinido, enquanto em (13) é definido, visto a presença do artigo definido, atribuidor deste estatuto (MATEUS *et al.*, 2003). Seguindo o que apresenta Neves (2008), tanto o SN com possessivo sem artigo quanto o com artigo são definidos, já que “o determinante à esquerda de outro determinante [...] deixa de operar, realmente, a determinação” (NEVES, 2008, p. 589). Em contextos como (13), o artigo para de desempenhar sua função determinante, realizada apenas pelo possessivo.

Para Haspelmath (1999, p. 231, *tradução nossa*)¹¹, também em um quadro funcionalista, “sintagmas nominais possessivizados não são necessariamente definidos, eles apenas são mais prováveis de serem”, resultado, principalmente, da alta frequência de SNs possessivizados definidos, nos quais os ouvintes podem predizer que esse SN será, provavelmente, definido. Seguindo o que é apresentado em Hawkins (1978; 1991), o autor pontua que “a primeira das duas condições de Hawkins para a definitude é automaticamente realizável em SNs possessivizados, com isso, eles são bem prováveis de serem definidos” (1999, p. 323, *tradução nossa*)¹², o que nos leva a predizer que SNs possessivizados no português brasileiro são, por si, definidos, dispensando o uso de artigo definido.

O autor defende que o uso variável é economicamente motivado (HASPELMATH, 1999): “ao convencionalizar uma língua de construção possessiva sem artigos, obtêm-se um

¹¹ No original: “possessed noun phrases are not necessarily definite, they are only highly likely to be definite”. (HASPELMATH, 1999, p. 231)

¹² No original: “the first of Hawkins's two conditions for definiteness is thus automatically fulfilled in possessed NPs, so that they are quite likely to be definite”. (HASPELMATH, 1999, p. 323)

padrão sintático que permite enunciados mais econômicos (ou seja, mais curtos)” (HASPELMATH, 1999, p. 227, tradução nossa).¹³ A redução no uso de artigo definido é resultante de um padrão de uso mais econômico, mais curto. Reduz-se formas pois o que há já é suficiente. Em outros termos, artigo + possessivo é substituído por \emptyset + possessivo porque o possessivo por si só basta, já que “a simplicidade conceitual de uma noção corresponde à simplicidade de sua expressão” (HAIMAN, 1983, p. 801, tradução nossa).¹⁴ É viável, então, pontuar que o uso de artigo não é um caso de definitude.

Estudos que descrevem o uso variável de artigo antes de possessivos no PB considerando a definitude estão, contudo, em falta. Do levantamento de pesquisas que realizamos (cf. SIQUEIRA, 2020b), que incluem as pesquisas de Silva (1982; 1998a; 1998b), Callou e Silva (1997), Campos Jr. (2011), Guedes (2019), Pereira (2017), Sedrins *et al.* (2019) e Siqueira (2020a), apenas a pesquisa de Campos Jr. (2011) controla a definitude.

Ao descrever o português falado em Vitória (ES), inserido no quadro metodológico da Sociolinguística Variacionista, o autor considera a definitude em três níveis, seguindo a perspectiva da identificabilidade: 1) + definido > + identificável; 2) + definido > - identificável; e 3) - definido > + identificável. Essa perspectiva permite observar “tanto a percepção do falante, em termos do que ele concebe como definido para si, quanto a do ouvinte, no que diz respeito ao que conseguimos interpretar, por marcas discursivo-pragmáticas do contexto, como sendo identificável no plano cognitivo” (CAMPOS JR., 2011, p. 72). No modelo estatístico adotado pelo autor, a variável não foi selecionada como estatisticamente significativa, levando-o a não apresentar as frequências.

A falta de estudos com base no PB sobre o uso variável de artigo definido antes de possessivos que consideram a definitude não nos permite estabelecer comparações sobre qual perspectiva de definitude é a mais apropriada para descrever a variação no uso de artigo, ou se há uma perspectiva apropriada ou não, o que nos leva a adotar o que é proposto por Hawkins (1978; 1991), com base no que defende Haspelmath (1999). Nas seguintes seções, discutimos se o uso variável de artigo definido antes de possessivos é um caso de definitude.

Método e conjunto de dados

¹³ No original: “by conventionalizing an articleless possessive construction languages obtain a syntactic pattern that allows for more economical (i.e. shorter) utterances” (HASPELMATH, 1999, p. 227).

¹⁴ No original: “the conceptual simplicity of a notion corresponds to the simplicity of its expression” (HAIMAN, 1983, p. 801).

Neste trabalho, defendemos que o uso variável de artigo definido antes de possessivos pré-nominais não é um caso de definitude. Nossa hipótese é a de que o possessivo, por si só, é capaz de atribuir leitura definida para um nome ou um sintagma nominal. Para aferir isso, utilizamos uma amostra de fala extraída do banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013), a amostra Deslocamentos (2020), que comporta a fala de estudantes universitários da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A amostra é composta por 60 entrevistas sociolinguísticas, com duração entre 40 e 60 minutos cada.

Para a extração das ocorrências dos SNs com possessivos, lemos todas as entrevistas (transformadas em arquivos .TXT), de modo a aferir se as informações contidas no SN atendiam aos critérios apresentados em Hawkins (1978; 1991) para a consideração de um SN como definido, retomados no Quadro 1.

Quadro 1: Noção de definitude com base em Hawkins (1978; 1991)

Singularidade	Condição de único dentro de um <i>set</i> compartilhado.
Ancoragem Pragmática	Ancoragem anafórica; Uso de anáfora associativa; Situação imediata de uso; Situação ampla de uso.

Fonte: elaborado pelo autor.

Utilizamos, para o tratamento de nossos dados, a estatística descritiva e inferencial, de modo a apresentar as frequências obtidas e observar se há interferência na distribuição do uso variável de artigo antes de possessivos pré-nominais da definitude. Para aferir isso, realizamos teste de qui-quadrado, que permite observar se há interferência de uma variável independente categórica (a definitude) na distribuição da variável dependente (uso variável de artigo definido). Tomamos como valor de referência para atestar a interferência o α de 0.05. O teste nos dá um p-valor, comparado com o nosso α : se inferior a 0.05 (< 0.05), há interferência da variável; se igual ou superior ($=$ ou > 0.05), não há interferência. Para medir a interferência, utilizamos o V^2 de Cramer, medida que vai de 0 a 1, em que 0 é a ausência e 1 demonstra uma forte interferência.

Os gráficos apresentados na seção que segue foram gerados na plataforma R (R CORE TEAM, 2018), na interface *RStudio*, com suporte do pacote estatístico *ggstatsplot* (PATIL; POWELL, 2018).

Resultados e discussões

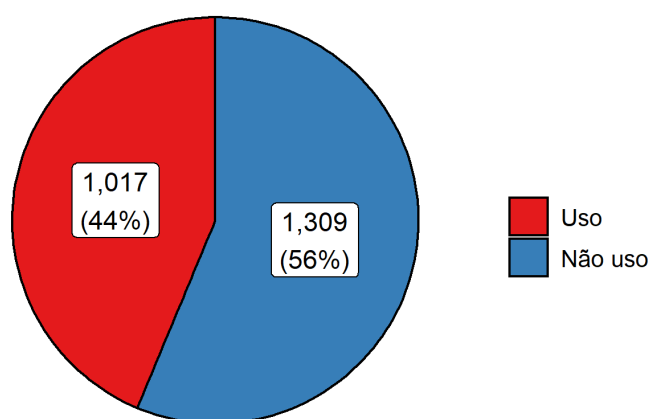
Após a codificação de todas as entrevistas sociolinguísticas que compõem nosso *corpus*, obtivemos um total de 2.326 realizações de possessivos pré-nominais. Dessas realizações, 1.309 (56%) correspondem ao não uso do artigo definido antes de possessivos (Figura 1), como em (14) e (15). Nos dados de nossa amostra, predomina o uso de possessivos pré-nominais sem artigo os antecedendo.

(14) **meu pai** nasceu também em Petrolândia Pernambuco.¹⁵

(15) **minha escola** ela tinha uma sala de informática.

Figura 1: Distribuição do (não) uso de artigo definido antes de possessivo

$$\chi^2_{\text{gof}}(1) = 36.66, p = 1.41\text{e-}09, \hat{V}_{\text{Cramer}} = 0.12, \text{CI}_{95\%} [0.08, 0.16], n_{\text{obs}} = 2326$$



Fonte: elaborada pelo autor.

O predomínio do não uso de artigo antes de possessivos na amostra é indício de que o uso variável do artigo definido antes de possessivos não é um caso de definitude, não ocorrendo ligação direta entre uso de artigo [+ definido] e não uso de artigo [- definido], uma vez que teríamos que considerar que 56% (1.309) das ocorrências de SNs com possessivos em nossa amostra seriam indefinidas.

A definitude é controlada neste trabalho a partir de Hawkins (1978; 1991), na qual a definitude deve considerar a ancoragem pragmática e a singularidade da informação contida no

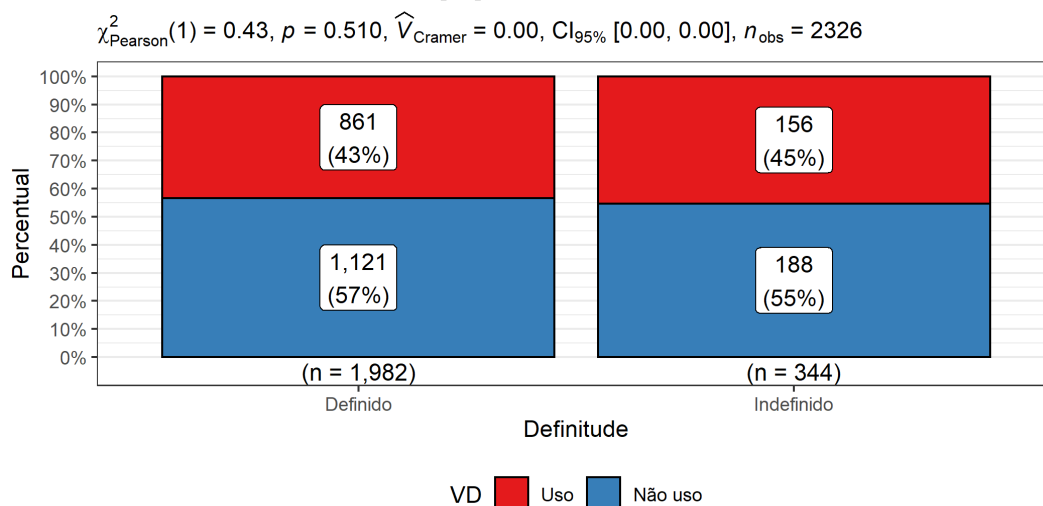
¹⁵ Os exemplos utilizados a partir daqui são extraídos de nossa amostra. Como não controlamos fatores sociais para análise dos dados, omitimos os nomes das entrevistas.

SN no qual se localiza o possessivo pré-nominal, exemplificado de (15) a (19), conforme critérios no Quadro 1.

- (16) **minha mãe** ela é pedagoga do ensino público também.
(17) **meu tio** lendo [...] (tá) acho que de incentivo da minha família mesmo é **meu tio**.
(18) eu **me recordo** na oitava série até bem claro assim essa essa esse essa cena **na minha memória**.
(19) posso ler alí no **meu celular**.
(20) infeliz- assim infelizmente a educação do **nosso país** ela deveria ter evoluído muito.

Em (15), o SN *minha mãe* é singular dentro de um conjunto de possibilidades, único. No exemplo em (16), o SN *meu tipo* retoma um elemento já estabelecido no discurso, havendo uma retomada anafórica. Similarmente, em (17), a retomada é feita por associação, no qual remetemos *minha memória* ao SN *me recordo*. Na sentença em (18), só temos conhecimento do referente a partir da situação imediata de uso, no caso o SN *meu celular*. Por fim, em (19), o SN *nosso país* faz parte de uma situação ampla de uso, conhecimento compartilhado por pessoas que se enquadram no mesmo grupo. Aplicando a perspectiva de Hawkins (1978; 1991) ao nosso estudo, obtivemos os resultados na Figura 2.

Figura 2: Definitude com base em Hawkins (1978; 1991)



Fonte: elaborada pelo autor.

A frequência de SNs possessivizados definidos é de 85% (1.982/2.326). Apenas 15% (344/2.326) são indefinidos, resultante do não atendimento às noções apresentadas em Hawkins

(1978; 1991), demonstrando que a maior parte dos usos de SNs com possessivos pré-nominais comportam, em algum nível, informações familiares ou únicas.

A menor frequência de uso do artigo definido é obtida em SNs definidos (43% 861/1.982), enquanto em SNs indefinidos a frequência é de 45% (156/344). A diferença na distribuição, contudo, não é estatisticamente significativa ($X^2(1, N= 2326) = 0.43, p= 0.510$), sem interferência ($V^2 = 0.00$). Em outros termos, dentro modelo estatístico aqui adotado não há interferência no uso variável de artigo definido antes de possessivos por parte da noção de definitude adotada com base em Hawkins (1978; 1991), principalmente se considerarmos o predomínio do não uso em ambas noções e a pouca diferença na frequência (57% para definido e 55% para indefinido).

Os resultados na Figura 1 nos levam a retomar Haspelmath (1999, p. 231, tradução nossa)¹⁶ ao dizer que “sintagmas nominais possessivizados não são necessariamente definidos, eles apenas são mais prováveis de serem”, o que, de fato, ocorre em nossos dados, já que a primeira das duas condições de Hawkins (1978; 1991) é facilmente cumprida em SNs possessivizados (HASPELMATH, 1999).

Em suma, não há uma ligação direta entre o uso variável do artigo definido e o estatuto de definitude em SNs com possessivos pré-nominais, já que há predomínio do não uso de artigo tanto em SNs definidos quanto em indefinidos, o que confirma nossa hipótese, a de que não é um caso de definitude e de que o possessivo, por si só, é capaz de atribuir leitura definida para um SN. Sintagmas Nominais com possessivos pré-nominais no PB são, por si, definidos, não necessitando de artigo definido para que o sejam.

Considerações finais

Neste texto, discutimos sobre o uso variável de artigo definido antes de possessivos pré-nominais ser um caso de definitude. Para tanto, apresentamos propostas sobre diferentes noções para a definitude, como *familiaridade*, *novidade/identidade* e *ancoragem pragmática e singularidade*. A proposta de *ancoragem pragmática e singularidade* foi a utilizada para a descrição de nossos dados, segundo o que apresenta Hawkins (1978; 1991), porém, sem significância estatística.

Não há uma relação entre definitude e uso variável de artigo antes de possessivos, uma vez que a maior parte dos SNs possessivizados ocorreu sem artigo definido e que o maior

¹⁶ No original: “possessed noun phrases are not necessarily definite, they are only highly likely to be definite”. (HASPELMATH, 1999, p. 231)

contingente de SNs possessivizados eram definidos, como já pontua Haspelmath (1999), demonstrando que sintagmas nominais possessivizados são, no português brasileiro, definidos, independentemente do uso de artigo definido, o que refuta, em partes, propostas que pontuam a necessidade do artigo para que um SN introduzido por possessivo seja definido.

O uso variável de artigo antes de possessivos é resultado de outros fatores, sejam eles de ordem interna, como a motivação econômica (HASPELMATH, 1999), ou de ordem externa, como fatores sociais e geográficos (cf. SILVA, 2020). Esperamos, com este trabalho, contribuir para discussões a respeito da variação no uso de artigo definido antes de possessivos, como também trazer novas perspectivas para a descrição do fenômeno.

Referências

ABBOTT, B. Support for a unique theory of definiteness. **Proceedings of SALT**, v. 9, p. 1–15, 1999.

ABNEY, S. **The English noun phrase in its sentential aspect**. Dissertação - Cambridge, MA. Ph.D., MIT, 1897.

AGUILAR-GUEVARA, A.; LOYO, J. P.; MALDONADO, V. V. Definiteness across languages: An overview. In: AGUILAR-GUEVARA, A.; LOYO, J. P.; MALDONADO, V. V. (eds.). **Definiteness across languages**. Berlin: Language Science Press, p. iii-xx, 2019. DOI:10.5281/zenodo.3266065

BRAGA, M. L. *et al.* Artigo definido. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). **Gramática do português culto falado do Brasil, vol. 2: Classes de palavras e processos em construção**. Editora da UNICAMP, p. 87-116, 2008.

CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. (Org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

CAMPOS JR., H. S. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciência Humanas e Sociais, 2011.

ENÇ, M. The semantics of specificity. **Linguistic inquiry**, p. 1-25, 1991.

FREGE, G. Über Sinn und Bedeutung. **Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik**, p. 25–50, 1892.

FREITAG, R. M. K. Banco de dados Falares Sergipanos. **Working Papers em Linguística**, v. 14, n. 1, p. 156-164, 2013.

GUEDES, S. Emprego do artigo definido em situação de contato dialetal. **Domínios de Lingu@gem**, v. 13, n. 4, p. 1401-1432, 2019.

HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. **Language**, v. 59. p. 781-819, 1983.

HASPELMATH, M. Explaining article-possessor complementarity: economic motivation in Noun Phrase syntax. **Language**, v. 75, n. 2, p. 227-243, 1999.

HAWKINS, J. **Definiteness and Indefiniteness**: A study in reference and grammaticality prediction. London: Croom Helm, 1978.

HAWKINS, J. On (in)definite articles: Implicatures and (un)grammaticality prediction. **Journal of linguistics**, v. 27, p. 405-442, p. 1991.

HEIM, I. **The semantics of definite and indefinite noun phrases**. Tese (Doutorado), Amherst – Universidade de Massachusetts, 1982.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KAMP, H. A Theory of Truth and Semantic Representation. In: GROENENDIJK, J.; JANSSEN, T.; STOCKHOF, M. (eds.). **Formal Methods in the Study of Language**. Amsterdam: Mathematisch Centrum, 1981, p. 189-222.

LYONS, C. **Definiteness**. New York: Cambridge University Press, 1999.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

MÜLLER, A. L. O significado da ordem os pronomes possessivos no sintagma nominal. **Revista da ANPOLL**, n. 4, p. 11-37, 1998.

NEVES, M. H. M. Os pronomes. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). **Gramática do português culto falado do Brasil, vol. 2**: Classes de palavras e processos em construção. Editora da UNICAMP, p. 507-622, 2008.

PATIL, I.; POWELL, C. **GGSTATSPLOT**: “ggplot2”, Based Plots with Statistical Details, 2018.

PRINCE, E. F. The ZPG letter Subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (Eds.). **Discourse Description: Diverse linguistic analyses of a fund-raising text**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, p. 295–326, 1992.

RUSSELL, B. On denoting. **Mind**, v. 14, n. 56, p. 479–493, 1905.

R CORE TEAM. **R**: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2018. Disponível em: <<https://www.r-project.org/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SCHWARZ, F. Two kinds of definites cross-linguistically. **Language and Linguistics Compass**, v. 7, n. 10, p. 534–559, 2013.

SEDRINS, A. P. *et al.* A função sintática e o licenciamento de artigos definidos diante de antropônimos e de possessivos pré-nominais. **Domínios de Lingu@gem**, v. 13, n. 3, p. 1266-1295, 2019.

SILVA, G. M. O. **Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982

SILVA, G. M. O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 120-145, 1998a.

SILVA, G. M. O. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 265-281, 1998b.

SILVA, J. M. S. **Variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais: padrões dialetais e contatos**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SIQUEIRA, M. Efeitos do contato entre normas na variação linguística: a presença de artigo definido antecedendo possessivos no falar universitário da UFS. **Porto das Letras**, v. 6, n. 1, p. 8-33, 2020a.

SIQUEIRA, M. O caráter dialetal na variação do preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 10, n. 30 ser. 2, p. 19-42, 2020b.

SIQUEIRA, M. Análise contrastiva da estrutura do sintagma nominal possessivizado no português brasileiro. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 28, n. 52, p. 25-43, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/matraga.2021.53146>.

VARIABLE USE OF DEFINITE ARTICLE BEFORE POSSESSIVES: A CASE OF DEFINITENESS?

ABSTRACT: Possessives that precede names, in Brazilian Portuguese, may or may not be preceded by definite articles, as *eu vi sua irmã* (*I saw your sister*) and *eu vi a sua irmã* (*I saw the your sister*). As an internal factor of language, it is pointed out that this variable use is related to the semantic-pragmatic concept of definiteness: the use of an article results in a definite reading of the noun phrase (NP), while the non-use in an indefinite reading (LYONS, 1999; MATEUS *et al.* 2003). It is argued in this paper that the variable use of a definite article before possessives is not a case of definiteness, taking as a hypothesis that the possessive alone is capable of making a name or a NP definite. The notion of definiteness used is that presented by Hawkins (1978; 1991). The results demonstrate that there is no relationship between definiteness and variable use of the article before possessive.

Keywords: Definiteness. Possessives. Definite Articles. Variation.